



## **Perdão, leitores: uma análise da crítica política na seção opinativa do Coojornal<sup>1</sup>**

Rozana Ellwanger<sup>2</sup>

Veridiana Pivetta de Mello<sup>3</sup>

Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc, Santa Cruz do Sul, RS

### **RESUMO**

A história do Brasil é marcada por períodos de tensão entre imprensa e governos, como ocorreu com a instauração do Regime Militar em 1964. Em meio à censura e repressão à imprensa nasceu a imprensa alternativa. Em 1974 surgiu em Porto Alegre a primeira cooperativa jornalística do país (Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre – Coojornal), que lançou em 1975 o *Coojornal*. Caracterizado por críticas políticas e reportagens polêmicas, obteve destaque nacional. Através da metodologia Análise de Discurso, observou-se as críticas políticas na seção opinativa *Perdão, leitores*. O objetivo oficial da coluna era analisar a atuação da imprensa, mas verificou-se que o jornalista Luiz Claudio Cunha introduzia opiniões políticas em textos que à primeira vista apenas avaliavam o trabalho dos demais meios de comunicação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Coojornal; jornalismo opinativo; censura; imprensa alternativa; análise de discurso.

### **TEXTO DO TRABALHO**

Após a instauração do regime militar no Brasil, em 31 de março de 1964, foram adotadas medidas repressoras, o que tornou até mesmo perigoso criticar o governo vigente. Enquanto os meios de comunicação de massa deixavam de noticiar muitos fatos devido à censura, jornais e revistas alternativos despontaram como exemplos de publicações oposicionistas que enfrentaram o regime militar. É o caso, por exemplo, *d'O Pasquim*, *Movimento* e *Opinião*, publicações com circulação nacional que figuram como exemplo de jornalismo alternativo.

Chinem (1995, p. 7) afirma que os alternativos caracterizavam-se “pela oposição intransigente ao regime militar”. Assim foi com o *Coojornal*, criado como boletim da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre (Coojornal) em 1975 e transformado em jornal voltado ao grande público menos de um ano depois. Segundo o autor, foi o único alternativo publicado fora do eixo Rio - São Paulo a atingir circulação nacional.

Este trabalho trata da história da Coojornal e demonstra como a seção opinativa *Perdão, leitores*, publicada no jornal da cooperativa, era utilizada por seu autor, Luiz Cláudio

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na Divisão Temática Jornalismo, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Bacharel em Comunicação Social Habilitação Jornalismo, graduada em 2009 pela Universidade de Santa Cruz do Sul, e-mail: rozanae@gmail.com

<sup>3</sup> Orientadora da monografia. Professora do curso de Comunicação Social da Unisc, e-mail: verimello@hotmail.com



Cunha, para tecer críticas ao regime militar instaurado em 1964. O presente artigo visa apresentar de uma forma sucinta os resultados da pesquisa monográfica homônima.

À primeira vista, a seção *Perdão, leitores* trata-se de uma coluna de *media criticism* (MENDES, 2002), pois os textos tratam essencialmente de avaliar o trabalho dos meios de comunicação. Mas ao realizar uma observação atenta, verifica-se que muitos abordam questões políticas, a despeito das sanções impostas pelos órgãos de repressão e da censura, que ainda atingia os órgãos da imprensa alternativa. Portanto, a monografia que originou este artigo tencionou propor, através da metodologia Análise de Discurso, um possível entendimento sobre a maneira como o jornalista tecia críticas ao regime militar em sua coluna em um período tão conturbado politicamente.

Sabendo que o *Coojournal* foi vítima da repressão em vários momentos, apesar de nunca ter sofrido censura prévia, tornou-se relevante compreender como uma seção opinativa do jornal fazia críticas ao regime militar sem gerar represálias. Isso porque as medidas repressivas contra a publicação foram motivadas por reportagens essencialmente informativas. Então, cabe entender de que modo a crítica política era feita sem confrontar o governo explicitamente, buscando assim evitar a censura.

Para a pesquisa, partiu-se da hipótese de que as críticas ao regime militar no jornal eram feitas de forma “velada”, ou seja, sua posição política não era explicitada, aparecendo apenas permeando assuntos que aparentemente não despertavam a atenção dos órgãos de censura. Para comprovar ou não esta hipótese, optou-se pela metodologia Análise de Discurso pois ela, em suma, defende a existência de vários discursos na mesma fala. Ou seja, há vários sentidos possíveis e muito mais informações ocultas no que foi dito.

### **Coojournal: alternativo dos pampas**

A ideia de formar uma cooperativa de jornalistas começou a tomar forma no final da década de 1960, quando em um concurso para a revista *Veja* começaram a se aproximar um grupo de jornalistas que mais tarde encabeçaria a criação da primeira cooperativa de jornalistas do país. Já em 1972, a equipe do jornal *Folha da Manhã* passou por uma reformulação e alguns dos jornalistas que haviam se reunido no concurso da *Veja* foram chamados para a redação (KUCINSKI, 1991). O jornal, que adotava um padrão inovador, cresceu e começou a influenciar a política, havendo então um recuo por parte da empresa Caldas Júnior, proprietária do veículo. Foi aí que o editor José Antônio Vieira da Cunha aventou a hipótese de reunir jornalistas em uma cooperativa. Mas a “gota d’água” foi a demissão do então estagiário Caco Barcellos, após a publicação de



uma reportagem sobre violências praticadas pela Brigada Militar (BARCELLOS, 1992). Todos os seus superiores, totalizando 22 pessoas, se demitiram em solidariedade e muitos deles uniram-se à ideia de criar a Coojornal.

A Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre foi fundada em agosto de 1974, enfrentando uma série de decretos que limitava a liberdade das cooperativas (KUCINSKI, 1991). Em novembro de 1975, o número de associados já havia saltado de menos de 70 para 200 pessoas e segundo Rosa (2002) a cooperativa já estava consolidada. Chinem (2004) lembra que a cooperativa era inteiramente organizada e administrada pelos próprios profissionais associados. A iniciativa bem sucedida, diz Strelow (2005), inspirou iniciativas semelhantes em todo o país.

COOJORNAL foi não só a maior cooperativa de jornalistas jamais formada no Brasil, como também o primeiro projeto de organização jornalística ampla que adotou a doutrina cooperativista como fundamento de sua atividade e procurou adaptá-la a uma práxis jornalística. (KUCINSKI, 1991, p. 64)

Com a cooperativa consolidada, editando publicações para terceiros, os jornalistas passaram a publicar um boletim interno mensal, a partir de novembro de 1975, homônimo à cooperativa. Mais tarde, em 1976, a meta maior da cooperativa seria alcançada ao transformar o boletim em jornal voltado ao grande público. A primeira edição do jornal mensal *Coojornal* circulou em outubro de 1976 (HEINZELMANN, 2005) e logo a tiragem saltou de 3,5 mil exemplares para 35 mil, que em pouco tempo passaram a ser distribuídos em todo o país (KUCINSKI, 1991). Segundo vários autores, como Chinem (1995) e Kucinski (1991), o *Coojornal* foi o único alternativo editado fora do eixo Rio - São Paulo a atingir projeção nacional. O sucesso foi tanto que enquanto publicava 35 mil exemplares, *O Pasquim*, considerado o maior entre os alternativos, tinha uma tiragem de 50 mil exemplares por edição, conforme números estimados citados por Kucinski (1991, p. 90)<sup>4</sup>.

A principal característica do *Coojornal*, segundo Kucinski (1991), era a inspiração no nacionalismo e no marxismo dos grupos estudantis da década de 1960. Para Strelow (2005), era um jornal essencialmente de reportagens. Jorge (1987, p. 167) acredita que o *Coojornal* foi “de linha democrática”, enquanto Rosa (2002, p. 125) resume o veículo como político, ousado e alternativo, além de afirmar que o periódico utilizava-se de

---

<sup>4</sup>Kucinski (1991) afirma que o *Coojornal* tinha 35 mil exemplares em 1975. Entretanto, o jornal só foi lançado em 1976, conforme foi observado no arquivo do jornal disponível no Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, de Porto Alegre. Em 1975 ele ainda circulava apenas como boletim interno da cooperativa, o que pode ser confirmado na edição de outubro de 1976, na “Nota do Editor”, que avisa aos leitores que a partir do mês seguinte (novembro de 1976) o boletim passa a ser um jornal voltado ao grande público.



linguagem sóbria e com críticas claras, não mascaradas por metáforas ou duplos sentidos. Para Mansan (2008, p. 7), era “um periódico predominantemente político, assumidamente de oposição, mas que procurava tratar também de temas vinculados a cultura, economia e sociedade”. Enfim, o “jornal era político, mas não partidário” (ROSA, 2002, p. 134). O então editor do *Coojornal*, Elmar Bones na Costa, afirmou em outubro de 1976, em nota publicada no impresso, qual era a linha editorial do boletim *Coojornal*, postura que continuaria sendo adotada dali para frente, quando a publicação tornou-se um jornal mensal voltado ao grande público:

Além do nome, ele mantém a sua principal característica que é dar uma atenção especial à imprensa, entendida como o conjunto dos meios de comunicação de massas. A razão é simples: paradoxalmente, há poucas áreas neste país sobre as quais se tem tão poucas informações como a imprensa, apesar de ter-se tornado moda falar dela nestes últimos tempos (COSTA, 1976, p. 2).

O jornalista Luiz Cláudio Cunha defende que a linha editorial, assim como dos demais alternativos, era de oposição ao governo militar, tratando de assuntos polêmicos e reportagens que abordavam temas atuais sob a ótica da história recente.

Não tínhamos militantes ideológicos, mas cooperados – que pensavam e escreviam sobre o país, seus problemas e opções políticas. Assim, basicamente, posso definir o CooJornal como um jornal de reflexão histórica e de crítica sobre o jornalismo e o Brasil daqueles tempos, um jornal francamente contra a ditadura e abertamente a favor da democracia, sem engajamento ou alinhamento partidário. (CUNHA, 2009)

Entre as bandeiras defendidas pela publicação estavam o fim do regime militar, a democracia, a convocação de uma nova Constituinte, a anistia, a liberdade sindical. Cunha (2009) afirma que o *Coojornal* nunca sofreu censura prévia. Porém, havia “recados, insinuações, ameaças, pressões veladas e ostensivas sobre anunciantes. [...] Mas nunca tivemos a presença física de um censor na redação [...]. Mas respirávamos o mesmo ar rarefeito da ditadura” (CUNHA, 2009). Durante sua existência, pode-se destacar três momentos em que o *Coojornal* sofreu com a pressão dos militares: em 1977, quando, após a publicação de uma reportagem sobre políticos cassados, os anunciantes do *Coojornal* foram pressionados; em 1978, devido a uma matéria sobre os Tupamaros, grupo que lutou pelo fim da ditadura no Uruguai; e o terceiro já na década de 1980, quando o impresso publicou uma matéria sobre a Guerrilha no Brasil e teve a edição apreendida e quatro jornalistas presos.

Além da crise econômica e da prisão de jornalistas, a cooperativa foi prejudicada ainda devido a disputas internas e pelos atentados a bomba contra bancas de jornais que vendiam o *Coojornal* e outras publicações alternativas (ROSA, 2002). Em março de 1983 foi publicada a última edição, a de número 78: era uma edição especial para denunciar a prisão dos jornalistas Carlos Rafael Guimarães, Elmar Bones da Costa,



Osmar Trindade e Rosvita Saueressig, já que o jornal havia deixado de circular na edição bimestral de outubro/novembro de 1982 (HEINZELMANN, 2005). Mas segundo Kucinski (1991), a crise agravou-se já em 1979, quando a cooperativa lançou o semanário alternativo *O Rio Grande*. “Muitas foram às tentativas de evitar seu fechamento, entretanto, as disputas internas, as pressões do regime, as crises financeiras, foram minando a resistência do *Coojornal*” [sic] (ROSA, 2002, p. 163).

Para Cunha (2009), o fim da cooperativa deve-se às dificuldades econômicas iniciadas com as pressões do governo sobre os anunciantes, em 1977. “Foi bom enquanto durou. Foi um momento mágico e épico do jornalismo brasileiro, que provou ser possível, apesar das dificuldades, construir um projeto autônomo e sustentável de trabalhadores do jornalismo organizados sob o molde cooperativista” (CUNHA, 2009).

### **Análise de discurso para compreender possíveis sentidos**

O jornalista autor da coluna confirmou em entrevista a hipótese de que o espaço era utilizado para tecer críticas ao regime militar:

Eu discutia um ou outro assunto, avaliando a abordagem dos jornalistas e dos veículos de imprensa, supostamente discutindo o tipo de tratamento dado ao tema, geralmente político. Com isso, eu conseguia infiltrar informações e análises que tinham a ver mais com a conjuntura e a realidade política do país, sem confrontar abertamente a tesoura do censor. Como num espelho, eu trabalhava o reflexo da notícia para refletir o cotidiano da ditadura. A censura não percebia a sutileza. Mas o leitor, sempre mais inteligente do que o censor, percebia e apreendia a mensagem corretamente (CUNHA, 2009).

Após a confirmação, passou-se à análise qualitativa dos textos para identificar de que forma Luiz Cláudio Cunha inseria temas políticos em tópicos relacionados, à primeira vista, apenas com a imprensa. Para a escolha do *corpus* a ser analisado, considerou-se os exemplares do *Coojornal* disponíveis no Museu da Comunicação Hipólito da Costa, pesquisadas em setembro de 2008. Como não foi possível encontrar um arquivo completo, com todas as edições do jornal, buscou-se as edições publicadas no primeiro ano do periódico como jornal voltado ao grande público. Optou-se por utilizar como parâmetro o número de edições em que foi publicada a *Perdão, leitores* em sequência, chegando assim a um universo de dez colunas, já que a edição número 20, de setembro de 1977 (11ª edição da publicação como jornal) não foi encontrada.

Por ser uma seção longa, que ocupa uma página em cada edição, tornou-se necessário eleger alguns tópicos para fins de análise. Como segundo critério para seleção do *corpus*, optou-se por textos que falassem aparentemente da imprensa para mostrar as possíveis críticas políticas permeando tais tópicos. Por questão metodológica, optou-se por excluir a edição de dezembro de 1976, quando foi publicado não tópicos, mas



apenas um texto. Dados estes critérios, foram então selecionados para a análise na monografia 11 textos, publicados na edição número 10, de novembro de 1976 e, no ano de 1977, nas edições de janeiro (nº 12), fevereiro (nº 13), março (nº 14), abril (nº 15), maio (nº 16), junho (nº 17), julho (nº 18) e agosto (nº 19), compondo o *corpus* com pelo menos um texto de cada edição. No *corpus*, é possível identificar críticas aos meios de comunicação, a jornalistas, ao tratamento dado a certos temas, enfim, inúmeros conteúdos característicos, conforme Mendes (2002), do *media criticism*. No entanto, a intenção agora é identificar traços de crítica ao regime militar nestes conteúdos. Neste trabalho, destacam-se alguns trechos para compreensão de como a análise foi realizada.

### **Análise de Discurso: alternativa metodológica**

Para compreender a crítica política na seção, utilizou-se conceitos fundamentais da Análise de Discurso, através da qual é possível apropriar-se do discurso como “seu objeto próprio” (ORLANDI, 2001, p. 17). A Análise de Discurso considera que a linguagem não é transparente. Por isso, ao invés de atravessar o texto para encontrar um sentido, busca responder à questão: como este texto significa? (ORLANDI, 2001, p. 17). A linguagem é concebida “como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. [...] Desse modo, para encontrar as regularidades da linguagem em sua produção, o analista de discurso relaciona a linguagem à sua exterioridade” (ORLANDI, 2001, p. 15). No jornalismo, Berger (1998) afirma que estudar o discurso torna possível incluir o sujeito e a história nas reflexões sobre a prática.

A Análise de Discurso fundamenta-se na possibilidade de efetuar leituras diferentes sobre o mesmo texto. Para além da contextualização da produção do discurso, é preciso considerar que aquilo que poderia ter sido dito e não foi também é significante. Como diz Martins (2005), as palavras sempre escondem mais do que revelam. “Daí a importância de enxergar o não-escrito escondido no escrito, o não-dito camuflado no dito” (MARTINS, 2005, p. 108). Mas não cabe ao analista avaliar todo o universo de expressões que não foram ditas, apenas os “não-ditos” relevantes para a situação significativa analisada (ORLANDI, 2001).

Para uma análise discursiva, o primeiro passo do analista deve ser desfazer a ilusão de que o que foi dito só poderia ter sido dito daquela maneira. Cabe mostrar que no dizer se relacionam o que foi dito, o não-dito e o que poderia ter sido dito, por exemplo. “Na segunda etapa, a partir do objeto discursivo, o analista vai incidir uma análise que procura relacionar as formações discursivas distintas [...] com a formação ideológica



que rege essas relações” (ORLANDI, 2001, p.78). Ou seja, ao analista de discurso cabe perceber um possível sentido no discurso, em um universo de inúmeros sentidos possíveis, com base no reconhecimento das condições de produção do enunciado.

### **A crítica política na crítica à imprensa**

Uma das marcações que podem indicar uma interpretação diferente do sentido da palavra é o uso das aspas. Charaudeau e Maingueneau (2006) afirmam que as aspas podem ser utilizadas de modo autonímico (como marcação do conteúdo de um discurso direto) ou como modalização autonímica (como marcação de uma palavra ou expressão). “Colocando palavras entre aspas, o enunciador contenta-se, com efeito, em *atrair a atenção* do receptor sobre o fato de ele empregar precisamente essas palavras [...] Em contexto, as aspas podem, portanto, tomar significações muito variadas” (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2006, p. 66).

Na coluna *Perdão, leitores* as aspas eram utilizadas para sinalizar trechos que merecem maior atenção do leitor para compreender o que o jornalista quis dizer. Isso ocorre no texto selecionado na edição número 10, de novembro de 1976 (ANEXO A). No tópico intitulado “Sentimentalismo reforça a Arena”, Luiz Cláudio Cunha fala do apoio que o diretor-presidente da Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS), Maurício Sirotsky Sobrinho, demonstrou à Arena no Rio Grande do Sul, ao acompanhar uma comitiva com o governador do Estado pelo interior do município de Getúlio Vargas. O texto diz que o partido ganhou um “considerável reforço para sua campanha eleitoral” e a seguir afirma que a notícia foi publicada pelo jornal *Zero Hora*, do mesmo grupo de comunicação. Entretanto, para dizer que o fato foi noticiado primeiro pelo jornal, o jornalista utiliza o termo “furo” (entre aspas).

Neste caso, as aspas podem apenas ser um recurso para mostrar ao leitor que trata-se de um jargão jornalístico. Porém, considerando que Charaudeau e Maingueneau (2006) frisam a importância da contextualização para melhor compreender o significado das aspas, a grafia, neste caso, pode ser interpretada como um modo de demonstrar ironia: ao dizer, entre aspas, que *Zero Hora* foi o primeiro veículo a dar a notícia, pode-se interpretar que na verdade não tratava-se propriamente de um “furo”, já que todos sabiam – ou desconfiavam – da ligação do grupo com o regime militar e, conseqüentemente, com o partido de situação, a Arena. O apoio pode ter sido anunciado em primeira mão pelo jornal do grupo, entretanto, para quem costumava acompanhar as notícias relativas à política, não tratava-se mais de um “furo”, pois já era de seu



conhecimento a ligação do Grupo RBS com o regime. Tal possibilidade de sentido é embasada pela afirmação de Rosa (2005), que diz ter sido o grupo uma das vítimas de críticas sistemáticas do *Coojournal*. Isso porque os veículos do grupo seriam “coniventes com a situação política vivenciada no país naquele momento” (ROSA, 2005, p. 10). Se o *Coojournal* costumava criticar o Grupo RBS, pode-se concluir que a palavra “furo” grafada entre aspas na coluna *Perdão, leitores* traz uma conotação irônica.

O mesmo texto traz, em outro trecho, nova frase com ironia – desta vez, sem o uso de aspas. Cunha opina sobre o fato com a seguinte frase: “Taí um grande achado arenista: um candidato que, com ou sem Lei Falcão, teria sempre rádio, tevê e jornal à sua disposição”. A expressão “um grande achado arenista”, referindo-se a Sirotsky, mostra que normalmente os proprietários de veículos de comunicação não demonstram publicamente suas convicções políticas. Portanto, a Arena teria muito a ganhar tendo o apoio do empresário, que seria “um grande achado”. No trecho seguinte, nota-se a intenção de Cunha em indicar uma possível filiação de Sirotsky ao partido e uma possível candidatura política sua. Isso porque ele se refere ao empresário como “um candidato” e, a seguir, aponta as vantagens do partido caso isso acontecesse: “com ou sem Lei Falcão, teria sempre rádio, tevê e jornal à sua disposição”. A Lei Falcão refere-se à Lei nº 6339/76, que modificou a propaganda política. Segundo Santos (2003), ela limitava o uso eleitoral das propagandas, obrigando partidos e candidatos a mencionar apenas a legenda, o currículo, fotografia, horário dos comícios e o número de registro na Justiça Eleitoral. O que, conforme a observação de Cunha, o possível candidato da Arena não cumpriria, por ser proprietário de um grupo de comunicações e, conseqüentemente, poder orientar a linha editorial dos veículos do Grupo RBS. Ou seja, ele “teria sempre rádio, tevê e jornal à sua disposição”.

A ironia aparece novamente na edição de março de 1977, no tópico intitulado “O perigo democrático, segundo o deputado” (ANEXO C). Para Charaudeau e Maingueneau (2006, p. 291), a ironia “consiste em dizer o contrário do que se quer fazer o destinatário compreender”. O enunciador promove um efeito de não assumir a enunciação e, ao mesmo tempo, uma discordância em relação ao que se espera que ele diria em determinada situação. É principalmente nesse conceito que se baseia o tópico analisado, que trata de uma frase publicada pelo deputado estadual pela Arena, Pedro Américo Leal, na coluna mantida por ele no jornal *Zero Hora*. A frase diz: “Hoje, paradoxalmente, um país pode ser tomado pelo voto democrático”.



Cunha utiliza-se de ironia já no início do tópico, ao definir a frase como “Jóia da imaginação criadora nacional” [sic]. Mas o tom irônico fica mais evidente no segundo parágrafo. Nele, Cunha diz: “Será que, depois da Simoneta, alta do café, desaparecimento do feijão, aparecimento do empresariado paulista, lei dos 16 mil, Jimmy Carter, seleção brasileira, Alencar Furtado, dívida externa, OPEP e CNBB, o futuro – que a Deus pertence – ainda nos reserva mais esta?”. A frase é estruturada, primeiro, fazendo referência a vários acontecimentos negativos para o Brasil para, ao final, classificar a tomada de um país pelo voto democrático (referida na citação de Pedro Américo Leal) também como algo ruim com a expressão “o futuro [...] ainda nos reserva mais esta?”. Evidente ironia, já que o *Coojornal*, assim como os demais veículos da imprensa alternativa, mostrava-se contra o regime militar e a censura. Logo, jamais pensaria a tomada de um país pelo voto democrático como algo ruim, assim como a alta do café, por exemplo. Como esclarecem Charaudeau e Maingueneau (2006) sobre o conceito de ironia, o jornalista diz o contrário do que se espera que ele diria.

As aspas são utilizadas sinalizando ironia no texto sobre a vitória do Grupo RBS TV para concessão de um canal em Santa Catarina, na edição de junho de 1977 (ANEXO D). Após afirmar que o diretor-presidente da *TV Cultura* teme a concorrência com o Grupo RBS, o autor da coluna revela que ele “em maio esteve em 'visita de cortesia' ao diretor presidente da Caldas Júnior, Breno Caldas”. Nesse caso, não haveria necessidade de se utilizar as aspas, pois não trata-se nem de uma citação nem de uma gíria (situações que justificariam o seu uso). Conclui-se, então, que a visita teve outro objetivo, mas oficialmente foi classificada como “de cortesia”. Entende-se que o objetivo da visita poderia estar relacionado ao canal. Evidente é que o uso das aspas, nesta situação, pode claramente ser interpretado novamente como uma marcação de ironia, já que dada a contextualização do assunto no parágrafo anterior, fica claro que provavelmente não tratava-se de uma visita de cortesia, mas sim de negócios.

Luiz Cláudio Cunha utilizava aspas não só para chamar a atenção do leitor ou como sinalização de ironia, mas também para demarcar trechos de citações de terceiros. É o que acontece no texto “Censura para os sodomitas”, publicado em fevereiro de 1977. Esta pode ter sido uma forma encontrada pelo colunista para emitir sua opinião, sem fazê-lo claramente, evitando assim confrontar diretamente o regime militar. Nota-se que Cunha utilizava com bastante frequência diversas opiniões de políticos, comentaristas, jornalistas, montando uma espécie de mosaico de informações que poderiam levar o



leitor mais atento a chegar à mesma conclusão que ele sobre o tema. Neste texto (ANEXO B), ao criticar o grande espaço cedido pelo jornal *Zero Hora* para textos a favor da censura, o jornalista escolhe pontos polêmicos de cada um dos dois artigos publicados pelo periódico.

O primeiro trecho é selecionado de um artigo assinado pelo “jornalista, o deputado estadual, arenista e tenente-coronel da reserva Pedro Américo Leal” (definição que confere status de grande autoridade ao militar). Porém, antes de inserir a citação, Cunha refere que a postura adotada por ele não confere com o seu status de jornalista, ao dizer que “Apesar do seu título de jornalista, o deputado estadual, arenista e tenente-coronel da reserva Pedro Américo Leal, escreveu”. A palavra “apesar” mostra que, como jornalista, ele não poderia ser a favor da censura. Mas, “apesar” de ser jornalista, manifestou-se claramente a favor dela e justificou sua existência. A citação creditada a seguir ao tenente-coronel diz: “Filmes os vejo, os mais imorais possíveis, com novelas até certo ponto abordando, dentro da normalidade, o que bem entendem, com peças teatrais ou apresentações de artistas, aqui para nós, de arrepiar auditórios”. Trata-se de uma tentativa de justificar a atuação da censura, que seria liberal com relação aos filmes e, quanto às novelas, apenas trabalharia a fim de evitar abusos, exageros. Ou seja, a censura existiria apenas para garantir a boa qualidade nos meios de comunicação brasileiros. Isso pode ser observado pelo uso da expressão “dentro da normalidade”, que transmite a ideia de que tudo o que foge aos padrões familiares e tradicionais da sociedade é anormal e, portanto, é vetado pela censura. Ou seja, o que é normal é permitido; o regime militar apenas atua a fim de evitar anormalidades, desvios.

Depois da justificativa para a censura, Cunha utiliza uma citação pinçada do outro artigo publicado no jornal *Zero Hora*. O texto foi assinado pelo general da reserva Adolpho João de Paula Couto, identificado como “presidente da Ação Democrática Renovadora (ADR), entidade cívico-patriótica que se proclama defensora, no RGS, dos princípios do movimento de 64”. Ou seja, o jornalista fornece ao leitor o que parece ser a definição oficial dos objetivos da entidade, isso porque, em pleno regime militar, um jornalista de oposição provavelmente não designaria uma entidade de apoio ao regime militar de “cívico-patriótica”. Para os defensores da volta da democracia (como era o caso de Cunha), uma entidade apoiadora do regime vigente obviamente não seria considerada uma organização “cívico-patriótica”. O termo seria sim utilizado por militantes do partido e militares ligados ou apoiadores do governo. No caso de um colunista de um



jornal alternativo, francamente apoiador da volta da democracia, a expressão só poderia ser utilizada em tom de ironia. Enfim, Cunha utiliza diversas citações retiradas de um artigo assinado pelo general. Nelas, pode-se perceber a mesma ironia contida na expressão citada acima, pois se tem a sensação que, apesar de o jornalista não ter criado estas citações, ele as escolheu para mostrar quão irreal havia sido o texto de Couto. O texto de Cunha diz que o dito general

descobriu que os intelectuais (“exultantes com a extrema liberalidade da censura”) estão procurando “exercer pressão psicológica no sentido de evitar que a censura se torne mais severa e impeça o prosseguimento da sua (deles, intelectuais) inglória missão de degradação dos valores da sociedade ocidental, missão que zelosamente vêm cumprindo rumo à sodomização”. Nada esclarece, porém, quanto a felação. [sic] (COOJORNAL, fevereiro de 1977, anexo B)

Pode-se dizer que a primeira citação pinçada do artigo do general não é indispensável para entender do que o texto trata. Entretanto, dada a importância e o tom irreal da afirmação, ela foi colocada entre parênteses, para transmitir a real noção do que o general pensa (ou pretende convencer a outros) sobre os intelectuais: eles estão “exultantes com a extrema liberalidade da censura”. Ou seja, mais uma vez se afirma que a censura visa apenas evitar que a população brasileira seja exposta a produtos inadequados. Tanto que até os intelectuais, uma massa homogênea, sem definição de quem seriam eles, mas com autoridade para opinar, apoiam a censura da forma como é exercida. Mas logo o discurso do general muda e ele passa a acusar esse grupo de

exercer pressão psicológica no sentido de evitar que a censura se torne mais severa e impeça o prosseguimento da sua (deles, intelectuais) inglória missão de degradação dos valores da sociedade ocidental, missão que zelosamente vêm cumprindo rumo à sodomização. (COOJORNAL, fevereiro de 1977, anexo B)

Utilizando citações tão contraditórias o autor da coluna pretende mostrar o quão ilógica e irreal é a postura dos militares. Tanto que o jornalista conclui, sarcasticamente, afirmando que em seu artigo o general não “esclarece, porém, quanto a felação” [sic].

### **Ironia e citações para a crítica política indireta**

Quando os textos analisados foram publicados (1976 e 1977), a censura ainda agia especialmente sobre os veículos alternativos. Ter em mente a realidade do período é fundamental para se compreender o quão difícil era promover análises políticas no período e, portanto, o porquê de a coluna estudada ter sido um modo eficaz de fazer críticas políticas sem confrontar diretamente o governo. A partir dessa compreensão, foi possível proceder a uma análise dos textos produzidos levando-se em conta as diferenças entre a realidade atual e a vivida pelos jornalistas em meados da década de 1970. A partir do problema de pesquisa instaurado (como era feita a crítica política na *Perdão, leitores*), buscou-se uma resposta à questão através da Análise de Discurso. A



metodologia garantiu um estudo qualitativo, visando observar de que modo o jornalista Luiz Cláudio Cunha abordava temas políticos em sua seção fixa, cuja característica principal era a análise dos meios de comunicação.

Após o estudo dos textos da seção opinativa intitulada *Perdão, leitores* selecionados, a pergunta inicial foi respondida e a hipótese comprovada. Nos textos analisados foi possível identificar claramente a postura oposicionista da publicação gaúcha, bem como as críticas a medidas adotadas pelo governo e um assunto recorrente: a desaprovação à censura. Observou-se que a coluna servia como um meio de o periódico mostrar aos leitores qual era a sua postura com relação à realidade brasileira no período. Através dos textos desta seção é possível comprovar que, assim como os demais veículos alternativos, o *Coojornal* era a favor da volta da democracia e demonstrava isso abordando assuntos relativos ao governo sob o ângulo do tratamento dado pela mídia aos acontecimentos, bem como tratando (e criticando) a postura alinhada com o regime militar demonstrada por alguns veículos.

## REFERÊNCIAS

BARCELLOS, Caco. **Rota 66**. São Paulo: Globo, 1992, ed 13.

BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise de Discurso**. Tradução de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2006

CHINEM, Rivaldo. **Imprensa Alternativa: Jornalismo de oposição e inovação**. São Paulo: Ática, 1995.

CHINEM, Rivaldo. **Jornalismo de Guerrilha: a imprensa alternativa brasileira da ditadura à internet**. São Paulo: Disal, 2004.

COSTA, Elmar Bones da. Nota do editor. **Coojornal**, Porto Alegre, out. 1976. p. 2.

CUNHA, Luiz Claudio. **O Coojornal e a coluna Perdão, leitores**. Entrevistadora: R. Ellwanger, 2009. Mensagem recebida por <[rozanae@gmail.com](mailto:rozanae@gmail.com)> em 26 abril 2009.

HEINZELMANN, Leticia Turcato. **Coojornal: Jornalismo alternativo, estrutura de grande imprensa**. 2005. 80 p. Monografia (Graduação em Jornalismo) - Faculdade de Comunicação Social – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

JORGE, Fernando. **Cale a boca, jornalista!** Petrópolis: Editora Vozes, 1987, 4ª ed.



KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Página Aberta, 1991.

MANSAN, Jaime Valim. **Imprensa contra-hegemônica: o caso do Coojornal (1976-1983)**. In: III Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2008, Londrina/PR. Anais do III Simpósio, 2008. Disponível em: <<http://www2.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirogepal/jaime.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2009.

MARTINS, Franklin. **Jornalismo Político**. São Paulo: Contexto, 2005.

MENDES, Jairo Faria. **O ombudsman e o leitor**. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2002.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2001, 3ª ed.

ROSA, Susel Oliveira da. “Apesar de vocês amanhã vai ser outro dia”: Imprensa alternativa versus ditadura militar em Porto Alegre. **Nau Literária**, Porto Alegre, vol. 01 n. 01, jul/dez 2005. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/NauLiteraria/article/viewFile/4850/2768>>. Acesso em: 15 abril 2009.

ROSA, Susel Oliveira. “...Choram Marias e Clarices no solo do Brasil...”: Coojornal, o sonho de fazer um “jornal de jornalistas”. In: \_\_\_\_\_ **Exemplar, Pato Macho e Coojornal: trajetórias alternativas**. 2002. 177 f. Dissertação (Curso de Pós-Graduação em História – Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/NauLiteraria/article/view/4850/2768>>. Acesso em: 25 abril 2009.

SANTOS, Reinaldo dos. **Mídia e democracia na legislação eleitoral brasileira: Um levantamento dos mecanismos legislativos de controle e compensação do uso dos meios de comunicação em contextos eleitorais (1974-2000)**. In: Núcleo de Políticas e Economia da Comunicação, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, 2003, Belo Horizonte. Disponível em: <[http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003\\_NP10\\_santos\\_reinaldo.pdf](http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_NP10_santos_reinaldo.pdf)>. Acesso em 30 maio 2009.

STRELOW, Aline do Amaral Garcia. Jornalismo alternativo no Rio Grande do Sul. **Revista PJ:Br Jornalismo Brasileiro**, São Paulo, Edição 05, 2005. Disponível em: <[http://www.eca.usp.br/pjbr/arquivos/ensaios5\\_d.htm](http://www.eca.usp.br/pjbr/arquivos/ensaios5_d.htm)>. Acesso em: 15 abril 2009.



## ANEXO A

### *Sentimentalismo reforça a Arena*

A Arena gaúcha ganhou outro considerável reforço para sua campanha eleitoral: o jornalista Maurício Sirotsky Sobrinho, diretor-presidente da Rede Brasil Sul de Comunicações (Rádio e TV Gaúcha, jornal Zero Hora, e rádios Gaúcha-Zero Hora FM, Metrópole e Porto Alegre). O "furo" foi dado pelo próprio jornal da empresa, com foto, na página política da edição de 4/11 de ZH.

Acompanhando o governador e mais quatro secretários de Estado numa viagem no dia 3 ao distrito de Erebangó, interior do município de Getúlio Vargas, Sirotsky - citado como "filho daquele distrito e que lá retornava em visita sentimental" - ouviu pacientemente seis discursos, ajudou Guazzelli a inaugurar uma hidráulica e um posto de saúde e, afinal, não se conteve. Tomou da palavra, discorreu sobre sua infância, as tradições locais, a importância das obras inauguradas e a presença de tantas pessoas ilustres. E, triunfalmente, depois de lembrar que nunca havia pedido nada a seus concidadãos, exortou o povo de Erebangó a "confiar num governo que leva cada vez mais o desenvolvimento ao interior dos municípios". Tal um grande achado arenista: um candidato que, com ou sem Lei Falcão, teria sempre rádio, tevê e jornal à sua disposição.

## ANEXO B

### **Censura para os sodomitas**

A democracia existe, pelo menos na redação do jornal Zero Hora. Enquanto o ministro Armando Falcão, da Justiça, manuseava o manifesto de 1 046 intelectuais brasileiros contra a censura, a edição dominical da ZH de 30/1 trazia dois artigos a favor. Apesar do seu título de jornalista, o deputado estadual arenista e tenente-coronel da reserva Pedro Américo Leal, escreveu: "Filmes os vejo, os mais imorais possíveis, com novelas até certo ponto abordando, dentro da normalidade, o que bem entendem, com peças teatrais ou apresentações de artistas, aqui para nós, de arrepiar auditórios". Na mesma edição, o general da reserva Adolpho João de Pzula Couto, presidente da Ação Democrática Renovadora (ADR), entidade cívico-patriótica que se proclama defensora, no RGS, dos princípios do movimento de 64, descobriu que os intelectuais ("exultantes com a extrema liberalidade da censura") estão procurando "exercer pressão psicológica no sentido de evitar que a censura se torne mais severa e impeça o prosseguimento de sua (deles, intelectuais) inglória missão de degradação dos valores da sociedade ocidental, missão que zelosamente vêm cumprindo rumo à sodomização". Nada esclarece, porém, quanto a feição.



## ANEXO C

### O perigo democrático, segundo o deputado

Jóia da imaginação criadora nacional esculpida pelo deputado estadual arenista, psicólogo, jornalista, tenente-coronel (reformado) do Exército e ex-chefe de polícia, Pedro Américo Leal, na sua coluna da edição dominical de Zero Hora, no dia 6/3: "Hoje, paradoxalmente, um país pode ser tomado pelo voto democrático".

Será que, depois da Simoneta, alta do café, desaparecimento do feijão, aparecimento do empresariado paulista, lei dos 16 mil, Jimmy Carter, seleção brasileira, Alencar Furtado, dívida externa, OPEP e CNBB, o futuro — que a Deus pertence — ainda nos reserva mais esta?

## ANEXO D

Surpresa geral em Santa Catarina: derrubando outros quatro grupos catarinenses, o grupo gaúcho Rede Brasil Sul de

Comunicações — jornal Zero Hora, Rádio e TV Gaúcha — venceu a concorrência para exploração do Canal 12 de Florianópolis.

Surpresa porque dois dos grupos catarinenses eram ligados às oligarquias Ramos da Silva e Konder Bornhausen, que compõem as duas alas da Arena local.

Mais: o resultado da concorrência poderá determinar a venda do Canal 2, TV Cultura, a única emissora da capital, ao outro grupo gaúcho, a Caldas Júnior — Correio do Povo, folhas da Manhã e da Tarde, Rádio e TV Guaíba — ou uma composição entre as duas empresas — CJC e TV Cultura.

Apesar de temer a futura concorrência, o diretor-presidente da Cultura, Darci Lopes (que em maio esteve em "visita de cortesia" ao diretor-presidente da Caldas Júnior, Breno Caldas), evita falar sobre a conquista da RBS. Só joga lenha numa, por enquanto, pequena fogueira: "Quem tem que falar são os grupos derrotados na concorrência. Se eu fosse um deles teria muito a dizer, pois venceu logo um que não é catarinense".

De qualquer forma, o fato consolida a investida da RBS no mercado catarinense.